

Perplexidade e discernimento diante da clonagem. Observações de ética e antropologia teológica

Por “clonagem” entende-se o processo, espontâneo ou induzido, pelo qual se originam “clones”. Este termo, oriundo da biologia e ainda à procura de clarificação na nossa língua, tem origem no grego “klwn” e designa um ramo (de uma árvore), um rebento, ou mesmo um enxerto¹. Em biologia, um clone é uma cópia geneticamente exacta que pode ser cópia de organismos, de células ou de moléculas. Quanto aos organismos, dizem-se clones os organismos individuais com código genético idêntico, procedentes de um mesmo indivíduo, por multiplicação assexual. Por sua vez, a clonagem celular é a replicação de células somáticas em laboratório. Pode também fazer-se a replicação de fragmentos de ADN, produzindo moléculas de elementos orgânicos, como a insulina ou a hormona de crescimento.

A clonagem de células somáticas ou de elementos orgânicos é feita com várias finalidades e com vantagens indiscutíveis. Não fazemos dela objecto deste estudo. A clonagem de organismos individuais levanta outro tipo de problemas. Mas é a hipotética clonagem de seres humanos a visada neste nosso estudo. Não se pode esquecer, desde já, que existe uma ver-

¹ É. BONÉ, *Perplexité éthique devant le clonage*, in *Revue Théologique de Louvain* 30 (1999) 437-455. Cf. também S. LEONE, *Clonagem*, in *Dicionário de Bioética*, Porto, Perpétuo Socorro, 2000; GENÉTICA, *clonación y procreación*, in *Cuadernos de Bioética* 9 (1999); H. A. E. ZWART, *The moral significance of our biological nature. Methodological consequences of hermeneutical ethics*, in *Ethical Perspectives* 1 (1994) 71-76.

são em que este processo de clonagem não é inédito na natureza, uma vez que, de forma espontânea, ocorre na gemelação monozigótica. A clonagem que é objecto de maior apreensão tem uma definição mais complexa, sendo inédita na natureza. Trata-se do processo pelo qual se extrai o núcleo de um ovócito e se o substitui pelo núcleo de uma célula somática, fazendo desenvolver, com estimulação apropriada, o “embrião” resultante, como se de uma fecundação comum se tratasse. Perante a possibilidade da realização em seres humanos deste processo, visando a reprodução, gerou-se uma vasta onda de repúdio, com dimensão mundial. Porém, o processo que levou a esta clonagem veio fazer antever possibilidades inéditas de terapia, que têm de ser avaliadas de outro modo. Assim sendo, parece indispensável começar a distinguir entre clonagem humana com fins reprodutivos e clonagem de elementos humanos com fins terapêuticos. Com base na hipotética validade desta distinção, vamos analisar cada uma destas possibilidades separadamente.

1. A clonagem reprodutiva humana

Sem entrar em mais esclarecimentos técnicos, diremos que, do ponto de vista da antropologia e da ética teológica, como sistematizou o Prof. Ramón Lucas Lucas ², a possibilidade da reprodução clonal de um ser humano levanta três ordens de problemas. Primeiramente, manipulando a identidade, compromete a dignidade da génese da pessoa; seguidamente, põe em causa o sentido da ligação entre sexualidade e procriação humana; finalmente, do ponto de vista ético, equivale a tratar a pessoa simplesmente como meio, o que se mostra completamente inadmissível.

1.1. A clonagem não respeita a dignidade da génese da pessoa e o direito à identidade

É sabido que o processo de clonagem equivale a que o ser humano resultante tenha uma identidade genética igual, ou muito semelhante, ao indivíduo dador da célula somática usada. Este facto não parece constituir um problema, uma vez que isso se verifica também nos gémeos monozigóticos. Aliás, a identidade da pessoa tem um suporte biológico, mas não se

restringe a isso: é feita igualmente de factores ambientais e de uma psicologia originária que faz com que os indivíduos com igual organização genética venham a ser muito diferentes psiquicamente e até fisicamente. Parece que, por este ângulo de reproduzir a identidade genética, não se vislumbria qualquer problema. Mas será mesmo assim? Veremos seguidamente.

A isto haveria que acrescentar ainda outro argumento. Segundo a filosofia e a teologia e não só, o ser humano é “uno de corpo e alma”. Ora, aquilo que se chama “alma”, ou seja, a parte espiritual do homem é impossível de clonar. Com efeito, diz a tradição teológica que, enquanto o corpo humano é originado por efeito das causas segundas, a alma humana é criada directamente por Deus. Ora, se assim é, parece ficar salvaguardada a identidade e originalidade do indivíduo clonado, uma vez que apenas o corpo é objecto de manipulação. Mas a coisa não é assim tão simples. Começemos por este último ponto.

Realmente a identidade da pessoa não é constituída de forma unilateral, pelo seu espírito. Isso seria professar um dualismo antropológico crasso. É preciso afirmar com clareza que a parte biológica do ser humano faz parte da sua identidade pessoal e não pode ser tratada, à boa maneira cartesiana, como “res extensa” pura e simples. Por isso, não parece aceitável admitir uma manipulação biológica como a que acontece na clonagem, dizendo que se trata “apenas” de manipular a parte material do ser humano. Segundo o ponto de vista da antropologia teológica, entre a componente biológica e a componente espiritual do ser humano (ou como quer que se nomeie esta dualidade existente no ser humano) existe uma compenetração indivisível que faz com que a matéria participe do espírito e este, por sua vez, como que se materialize. O corpo “humano” não pode ser visto como suporte material do espírito. Aquilo que chamamos “corpo” participa da dignidade pessoal. É isso certamente o que quer dizer um teólogo como J. Moltmann ³ quando fala de uma “pericorese”, quer dizer, de uma circularidade dialéctica, entre corpo e alma, enquanto dimensões irreduzíveis do ser humano. Trata-se de ler esta dualidade de elementos como “uma compenetração mútua e uma unidade diferenciada” entre alma e corpo, como aliás, entre consciente e inconsciente, entre voluntário e involuntário, entre visível e invisível. Condicionar a origem de um ser humano, enquanto a estrutura genética constitui a expressão da sua originalidade biológica, é, pois, um acto grave de consequências.

² R. LUCAS LUCAS, *Fondazione antropologica dei problemi bioetici*, in *Gregorianum* 80 (1999) 697-758, especialmente, 724-728. Não obstante a qualidade do seu trabalho, este autor não vê utilidade na distinção entre clonagem terapêutica e clonagem reprodutiva.

³ Cf. J. MOLTSMANN, *Dios en la creación. Doctrina ecológica de la creación*, Salamanca 1987, 268-273.

Numa outra linguagem, podemos exprimir a génese do ser humano, falando de uma informação, o genoma, que vai ajuntando átomos e realizando inter-acções com o meio ao longo do tempo, segundo um projecto que é simultaneamente comum a todos os membros da espécie, mas também absolutamente pessoal e original. Esta originalidade seria o que estamos a chamar “alma”. Com efeito, a pessoa humana singular participa, a seu modo, do carácter de universal concreto ou de uma aparição do absoluto, muito embora com um rosto particularíssimo e uma circunstância irrepitível. Esta seria uma possibilidade de entender a afirmação tradicional de que Deus infunde a alma em cada ser humano, ao mesmo tempo que o corpo é originado pelas causas segundas⁴. É uma expressão antiga para exprimir a dignidade e a originalidade de cada ser humano. De novo aparece ao de cima a gravidade do acto de manipular a identidade biológica de um ser humano, “pois a identidade biológica toca a identidade enquanto tal”.

Transferindo a problemática para o campo ético mais propriamente dito, vemos que, apesar de a identidade biológica não esgotar a totalidade da identidade, manipular a organização genética mediante a clonagem é uma invasão tolerável da privacidade de um indivíduo. As conquistas éticas da modernidade foram no sentido de garantir o respeito pela autonomia dos indivíduos, de garantir a sua privacidade, de assegurar a liberdade de consciência e de religião. Perante esta possibilidade de manipular a identidade genética de um ser humano, parece que as garantias aludidas devem estender-se até este campo também. Todo o indivíduo tem direito a uma identidade não manipulada. Consequentemente, ninguém parece autorizado a dominar a identidade genética de outrem. Esta manipulação não pode deixar de condicionar a identidade psíquica e existencial do indivíduo clonado. As expectativas sobre essa “pessoa-cópia” serão condicionadas pelo modelo pré-existente. Tanto quanto sabemos, muito do desenrolar da sua vida estará condicionado. Não se trata da pior forma de manipulação? Na opinião de alguns, como o filósofo hebreu Hans Jonas (1903-1993), os direitos humanos têm aqui um prolongamento da sua amplitude, sob a forma de “direito à ignorância” do seu próprio futuro. No fundo, trata-se de uma nova exigência do direito de um indivíduo à identidade, à autonomia e à privacidade. Mesmo que manipular a identidade genética não seja, directamente, manipular o futuro, a simples possibilidade disso

⁴ Cf. PIO XII, Encíclica *Humani Generis* (1950), DS 3896.

repugna de forma imediata. Tinha razão H. Jonas quando advertia, há mais de um quarto de século: “Não importa que a replicação do genótipo acarrete a repetição do desenrolar da vida: o dador foi escolhido com base nessa ideia e essa ideia é, de facto, tirânica”⁵.

1.2. A clonagem perverte o sentido da generatividade e da procriação

Dar origem a uma pessoa mediante a clonagem é uma forma de reprodução mas não de procriação. A diferença entre os dois processos é significativa. Enquanto que na reprodução se trata de incrementar o aparecimento de um novo indivíduo, na procriação trata-se de um processo criador e de um processo humano. Este ponto não pode deixar de nos fazer tocar noutro campo que é precisamente o da sexualidade humana. Começemos por este último.

É sabido que a sexualidade humana não tem o seu sentido preponderante no aspecto procriador, mas é algo que diz respeito à qualificação da pessoa enquanto tal. Ser sexuado não é apenas desempenhar uma função masculina ou feminina, mas é existir na reciprocidade com o seu semelhante do outro sexo. Esta qualidade torna-se intensa no encontro matrimonial. Ora a função procriadora está ligada, de forma incindível, a esta. Por isso, a procriação participa deste encontro pessoal entre os progenitores, e não é uma mera função reprodutora desempenhada por eles. A génese das pessoas encontra o seu contexto no encontro das pessoas. A isto chamamos procriação. Daqui decorre um direito de todo o ser humano ser recebido na vida como um prolongamento do amor dos seus pais e ser introduzido nela progressivamente nesse mesmo contexto.

Ora, a clonagem não respeita nenhuma destas características, porque se trata de uma forma de reprodução assexual, quase agâmica e talvez mesmo agâmica no futuro. Para já ainda faz referência a uma mulher gestante, mas nada garante que esta não venha igualmente a ser dispensada. Sem falarmos já do problema biológico, de consequências imprevisíveis, da não miscigenação dos genes, este método de “produção” de pessoas mostra-se completamente insensato, do ponto de vista da antropologia humanista.

⁵ H. JONAS, *Ética, medicina e técnica*, Lisboa 1994, 98 s.

A antropologia cristã descobre um sentido profundo nesta comunhão homem-mulher. O “ser homem e mulher” é um dos lugares em que se verifica o ser “imagem de Deus” por parte do ser humano. Segundo o livro do Génesis, os animais superiores são criados “cada um segundo a sua espécie” e isso basta para mostrar a inerência do sexo à fecundidade. Apenas o ser humano é aludido na sua bi-sexualidade (Gn. 1, 27) e é-lhes acrescentada uma bênção relativa à fecundidade (Gn. 1, 28). Aqui se vê que o mais importante, aquilo em que se realiza a “imagem e semelhança” com Deus, é a relação homem-mulher enquanto relação. A fecundidade segue de maneira inseparável esta proximidade, originando o “terceiro”, na pessoa dos descendentes. Teologicamente, pode-se dizer, segundo uma longa tradição, que existe um sentido na circularidade “homem-mulher-criança”, a qual é vestígio humano longínquo da circularidade de comunicação que existe em Deus “Pai-Filho-Espírito”.

A ser assim, vemos que a possibilidade da clonagem reprodutiva introduz uma perturbação total nestas qualificações originárias do ser humano. Primeiro, porque não existe relação homem-mulher, uma vez que se trata de uma reprodução assexuada. Depois porque não existe relação de filiação. A pessoa resultante não é filha de ninguém: é uma replicação de um indivíduo. A ligação das gerações de seres humanos, forma originária de proximidade e de distância, sinal da sua perenidade e da sua finitude, fica completamente desvirtuada.

1.3. A clonagem é imoral porque significa tratar a pessoa somente como meio

Segundo uma tradição ética bem consolidada, a pessoa não pode ser tratada simplesmente como um meio, mas tem de ser tratada como um fim em si mesmo. Quer dizer que o ser humano não pode ser olhado como um meio para atingir qualquer finalidade posterior, nem pode ser querido sob condição. Ora, na clonagem, a pessoa é procurada de maneira condicionada.

A versão vulgar seria aquela que procura na clonagem a reprodução de um modelo de indivíduo com tais e tais características. Esta manipulação encontra-se com a perversão da identidade da pessoa que já observamos antes. A pessoa tem direito ao respeito pelo mistério da sua origem e tem de ser querida por si mesma, enquanto emergência inesperada, num rosto concreto e único, da vida que a todos precede. Clonar uma pessoa é quere-la “por medida”, é condicionar-lhe o destino e o futuro, numa palavra, é tratá-la como meio e não como fim.

A possibilidade de criar um clone de uma pessoa doente, com a finalidade de servir de banco de órgãos compatíveis com o receptor, é um procedimento completamente insensato, a menos que espere pelo momento em que essa pessoa possa dar o seu consentimento informado. Em outras circunstâncias, trata-se de um procedimento imoral, pois a pessoa humana nunca pode ser programada como meio para uma finalidade supostamente mais alta. Esta seria uma total objectivação do corpo humano, tratado simplesmente como “res extensa”.

2. A clonagem como finalidade terapêutica

Verificaram-se recentemente descobertas que vieram colocar a questão da clonagem em moldes novos. A comunidade científica foi surpreendida pelo anúncio feito ainda em 1998 de que era possível manter em cultura células embrionárias totipotentes, não em vista de dar origem a indivíduos, mas de seleccionar o caminho do seu desenvolvimento em células diferenciadas de tecidos ou órgãos determinados⁶. Por esse tempo também uma firma americana de biotecnologia, a Advanced Cell Technology, anunciava ter clonado 400 células humanas a partir do núcleo de uma célula da epiderme de um indivíduo adulto implantada num ovócito de vaca, e tê-las destruído ao fim de doze dias de cultura, imediatamente antes do aparecimento de células nervosas. Por sua vez, os investigadores da Brown University anunciam ter conseguido identificar o processo químico que orienta a transformação de uma célula embrionária em célula hepática. Estes exemplos mostram que o contexto fortemente adverso em que se viu envolvida a anunciada possibilidade de clonar seres humanos tem de ser reequacionado. Nesse sentido, parece útil começar a distinguir entre clonagem com fins reprodutivos e clonagem com finalidade terapêutica.

Do ponto de vista ético, se devemos continuar a empregar um rígido tuciorismo a respeito da proibição da primeira, o mesmo não devemos certamente fazer a respeito da segunda. Com efeito, estas células embrionárias não visam, por si mesmas, dar origem a um ser humano individual. Mas será que, transferidas e implantadas, se podem desenvolver como embriões humanos? Esta questão é crucial. Em caso afirmativo, como parece ser o caso das experiências realizadas até agora com animais, está

⁶ E. BONÉ, 442.

em causa o estatuto e o correspondente respeito pelo embrião humano, como já foi discutido a respeito de fecundação *in vitro*. Alguns organismos internacionais têm-se pronunciado no sentido de mitigar a rígida condenação da clonagem reprodutiva, em vista dessas possibilidades terapêuticas antevistas com a cultura das células embrionárias. É o caso do Comité Consultivo Francês⁷.

Do ponto de vista da ética teológica, não poderemos facilmente aprovar a manipulação dos embriões excedentários do processo de fecundação *in vitro*, ou de outros embriões, mesmo com uma finalidade terapêutica clara como seja produzir tecidos ou órgãos humanos para transplante. Este problema só poderá ser resolvido tendo em conta a dignidade do embrião humano, mas também a liberdade de investigação científica e com as outras finalidades da ciência e da técnica. A prudência aconselha a esperar para ver.

4. Pensamento ético e cálculo estratégico

A bioética tornou popular a ética nos dias de hoje. Porém, na grande maioria dos seus proponentes, o discurso falha o seu objectivo porque se restringe a ser um pensamento no horizonte da razão estratégica e do pensamento calculista. Este funciona apenas na base da autonomia do sujeito, seja o cientista seja o cidadão comum, e na base do cálculo entre custo e benefício. Ora, o pensamento ético não pode ficar por aqui. Sobre tudo quando se trata de pronunciar um juízo sobre uma matéria como a clonagem, é necessário ampliar a perspectiva e perguntar pela significação englobante, ou simplesmente, situar esse problema dentro de um horizonte que pergunta pelo sentido humano e cósmico dessa acção. Por outras palavras, é necessário situar a problemática ética no contexto de uma antropologia, quer dizer, de um discurso aceitável pela racionalidade humana, enquanto “humana” e não enquanto estratégica. A moral do passado recorreu a mediações para situar os problemas de moral, como é o caso do recurso ao conceito de “natureza” e ajuizou as acções entre “naturais” e “não naturais”. Hoje, esse recurso à natureza é largamente incompreensível. A clonagem é um sintoma de uma certa superação da “natureza” enquanto expressão de um último reduto antropológico e ético. Mas não podemos prescindir de uma qualquer mediação que nos oriente na

⁷ E. BONÉ, 450.

avaliação das acções. De contrário, ficamos dependentes do arbítrio do cientista ou do cálculo estratégico de um qualquer interesse biotecnológico. A. Huxley pensou que as suas fantasias do “Brave new World” poderiam tornar-se realidade sob um regime totalitário. Bem ao contrário da sua previsão, o actual contexto liberal pós-moderno fornece um contexto bem mais plausível para a realização dessa fantasia. Isto não quer dizer que a ética prefere os regimes totalitários. Quer dizer, pelo contrário, que não existe ética sem auto-determinação pela razão, ou seja, sem o reconhecimento de uma determinação para a liberdade. Só isso pode livrar a humanidade do arbítrio individualista do cientista ou dos grupos de interesses que comandam, nos dias de hoje, as democracias liberais das sociedades avançadas tecnologicamente. Por isso, ocorre que um discurso ético faça duas perguntas para situar a questão da clonagem de seres humanos, tanto clonagem reprodutiva como clonagem terapêutica. Será que essa possibilidade corresponde às exigências do horizonte “pessoal” (dizemos pessoal para evitar o recurso a “natural”) que deve visar a acção responsável? Será que os benefícios que visamos com a clonagem podem ser reconduzidos a um melhoramento do modo humano de habitar o nosso mundo? Quanto à clonagem reprodutiva, parece não haver dúvidas de que a resposta é negativa. Quanto à clonagem terapêutica, talvez ainda seja cedo para fazer um juízo definitivo. A ética congratula-se com o melhoramento da qualidade “mensurável” da vida humana, mediante a substituição de órgãos, mas desconfia de todas as miragens de melhoramento da vida enquanto tal, que não é mensurável. É que o sofrimento e a finitude não são apenas deficiências do ser humano mas também formas de aproximação entre os seres: uma vida sem sofrimento seria uma vida sem afecto e sem amor. Uma vida assim pode ser interessante mas seria tudo menos uma vida humana.

Com a descodificação das informações do genoma humano e com a realização da clonagem de seres humanos daremos certamente um passo decisivo na história. As consequências desse passo, aliadas à unificação do mundo mediante a revolução das comunicações, são imprevisíveis. Podemos estar a caminho do triunfo do espírito sobre a matéria e da aproximação do ser humano e do seu semelhante, ou então a caminho de formas horríveis de nova barbárie. Ocorre uma ética de sentido humanista muito robusta e muito clarividente. A tradição judaico-cristã continua a dizer-nos que temos diante o bem e o mal. A ética é, hoje como foi sempre, a arte de escolher o primeiro.